

INFORMATIVO

O TUIUTI

**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

ANO 2018

MARÇO

Nº 266

O Reino Unido toma posse das Ilhas Malvinas

(opiniaoenoticia.com.br/nesta-data/reino-unido-toma-posse-das-ilhas-malvinas/)



Em 2 de janeiro de 1833, o Reino Unido tomou oficialmente posse das Ilhas Malvinas, conhecidas pelos britânicos como Falklands.

Até hoje, a Argentina reivindica seu direito à soberania das Ilhas Malvinas (Foto: David Wong/Flickr)

As Ilhas Malvinas, também conhecidas como Falklands, são um arquipélago localizado a cerca de 500 km da costa Sul da Argentina. O território é uma área de intensa disputa entre os governos argentino e britânico.

As Malvinas foram descobertas em 1502, pelo navegador italiano Américo Vespú-

cio, sendo incluídas no mapa da América do Sul em 1507. As ilhas ficaram desabitadas até 1690, quando o navegador britânico John Strong chegou ao arquipélago. Capitão de uma expedição britânica ao continente, Strong batizou o estreito que divide as duas principais ilhas do arquipélago de Falkland Sound, em homenagem a Anthony Cary, visconde de Falkland, na época tesoureiro da Marinha Real britânica.

Navegadores espanhóis e franceses perceberam o potencial comercial das ilhas e passaram a disputar a região junto com os britânicos até 1713, quando foi assinado o Tratado de Utrecht, que concedia oficialmente à Espanha os territórios conquistados por ela na América do Sul, entre eles as Ilhas Malvinas. O tratado, no entanto, não cessou as disputas britânicas e francesas pelo território, visto como ponto estratégico para batalhas no Atlântico Sul.

Em 1764, o navegador francês Louis-Antoine de Bougainville estabeleceu o primeiro assentamento francês na ilha leste do arquipélago, ao norte da atual capital Porto Stanley. Bougainville batizou as ilhas de Îles Malouines, de onde deriva o nome espanhol. O nome foi dado em homenagem ao porto francês Saint-Malo, ponto de partida de seus navios.

Em 1765, o capitão da Marinha Real britânica John Byron reivindicou o arquipélago para o Rei Jorge III, usando oficialmente o nome Falklands, para se referir ao arquipélago. Na época, a França era aliada da Espanha e cedeu suas colônias ao Reino Espanhol. Em 1770, a Marinha da Espanha expulsou os colonos britânicos das ilhas. Um ano depois, os reinos britânico e espanhol concordaram em dividir a colonização. Mas o acordo não cessou a disputa pela soberania do arquipélago.

Em 1773, para resolver problemas em outras colônias, o Reino Unido retirou seus colonos do arquipélago, deixando lá apenas uma

placa que reivindicava as ilhas para o Rei Jorge III. Em 1790, Espanha e Reino Unido assinaram a Convenção do Estreito de Nootka, na qual os britânicos se comprometeram a não estabelecer nenhum assentamento nas costas ocidental e oriental da América do Sul, nem em suas ilhas adjacentes. Atualmente, este acordo é usado pela Argentina para reafirmar seu direito à posse do local.

Após conquistar a independência da Espanha, a Argentina tomou para si todos os territórios da região antes pertencentes aos espanhóis, entre eles, as Malvinas. Mas em 2 de janeiro de 1833, o navegador britânico James Onslow chegou às ilhas com dois navios de guerra e deu ao capitão argentino José María Pinedo, então chefe local, um prazo de 24 horas para rendição. A posse do arquipélago pelos britânicos foi então oficializada, sob protestos argentinos.

Em 1960, uma Assembleia das Organização das Nações Unidas, pediu o fim do colonialismo e o Reino Unido listou o arquipélago como um dos lugares que poderiam se tornar independentes. A Argentina protestou, afirmando que a região pertence ao país. Em 1965, os dois países começaram uma negociação para decidir o futuro das ilhas, mas as conversas não deram resultado e acabaram culminando na Guerra das Malvinas, que durou de abril a dezembro de 1982 e terminou com a rendição das tropas argentinas.

As ilhas se tornaram território dependente do Reino Unido, mas passaram a ter na pesca uma atividade que garantiu a renda local, tornando o arquipélago autossustentável.

Até hoje, a Argentina reivindica seu direito à soberania das Ilhas Malvinas, mas os moradores locais já deixaram claro que não pretendem pertencer ao país em um plebiscito realizado em março de 2013. Nele, a maioria esmagadora dos moradores afirmou que pretende continuar sob domínio britânico.

O PROJETO POLÍTICO, ECONÔMICO E MILITAR HOLANDÊS DE CONQUISTA DO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE DOCUMENTAL DO FOLHETO DE JAN ANDRIES MOERBEECK

Por Rayanne Gabrielle da Silva (1)

Em 1654, quando o território luso-brasileiro decretou o fim das chamadas Invasões Holandesas e o retorno à paz local, findou-se, juntamente com os conflitos de três décadas entre espanhóis, portugueses, brasileiros e holandeses, uma das mais duradouras guerras da Modernidade na Europa. Com ela também acabou o poderio espanhol sobre o território brasileiro com o consequente fim da Unificação das Coroas Ibéricas, vigente desde 1580, em decorrência da ausência de um legítimo herdeiro do trono português, em um dos maiores momentos de crise dinástica lusitana.

Mas a Guerra Brasílica, como passou a ser chamada, já vinha há muito sendo planejada pelo invasor holandês, estabelecido no maior território ultramarino português desde o final do século XVI com a empresa açucareira na vasta e fértil costa atlântica. De início, não tinha a intenção de provocar conflitos, pois uma guerra atrapalharia e muito o lucrativo comércio e refino do açúcar, o “ouro branco” americano, do qual o Brasil era o líder mundial na venda do produto (BARROSO, 1990, p. 52-3). Contudo, a insistência espanhola em manter as Províncias Unidas dos Países Baixos como uma espécie de colônia na Europa provocou a necessidade de secessão por parte delas, reforçada pela capacidade marítimo-comercial neerlandesa, a qual vinha conquistando o mercado internacional, inclusive colonial.

A União das Coroas Ibéricas em 1580 ampliou o poder metropolitano do Reino da Espanha sobre os territórios ultramarinos atlânticos, entre eles o Brasil, o maior deles e o mais lucrativo. Para os neerlandeses, ter os espanhóis no controle do território brasileiro era ter o seu lucrativo comércio internacional ameaçado. Porém, os luso-brasileiros estavam no meio do conflito diplomático entre o reino espanhol e as Províncias Unidas e queriam tanto o capital proveniente do ciclo açucareiro quanto a não-interferência estrangeira em seus negócios, já não bastasse ser uma colônia ibérica.

Os engenhos instalados no Brasil eram caros, exigia uma grande produção e uma mão de obra também cara, a escrava africana. Para os senhores de engenho, sustentar todo esse aparato para alimentar continuamente um faminto e exigente comércio internacional era um esforço do qual somente eles eram capazes de suportar sem o auxílio direto da Coroa, ausente das questões locais e interessada no lucro advindo do Brasil. Ter de aguentar mais uma carga de exploração, agora proveniente da disputa entre espanhóis e neerlandeses, numa guerra que não interessava aos luso-brasileiros, prejudicava os interesses dos últimos e obrigava-os a voltar sua atenção para algo que, na própria Europa, deveria se resolver.

Só que não foi assim que aconteceu. Após uma frágil Trégua de Doze Anos (1609-1621) entre Espanha e as Províncias Unidas em sua guerra particular, estas criaram a Companhia das Índias Ocidentais, cujos objetivos, além de retomar o conflito com a Espanha, era fundar colônias no Novo Mundo, promover o comércio e deslocar as lutas nas quais os Países Baixos estavam envolvidos para as regiões ultramarinas, afastando as ameaças do território neerlandês (PUNTONI, 1992, p. 54). Isso foi feito com sucessivas tomadas de rotas e polos de comércio estabelecidos pelos portugueses na Ásia e na África, enfraquecendo substancialmente o comércio hispano-lusitano entre os anos de 1621 e 1659, quando a Campanha do Ceilão terminou, conforme descreve

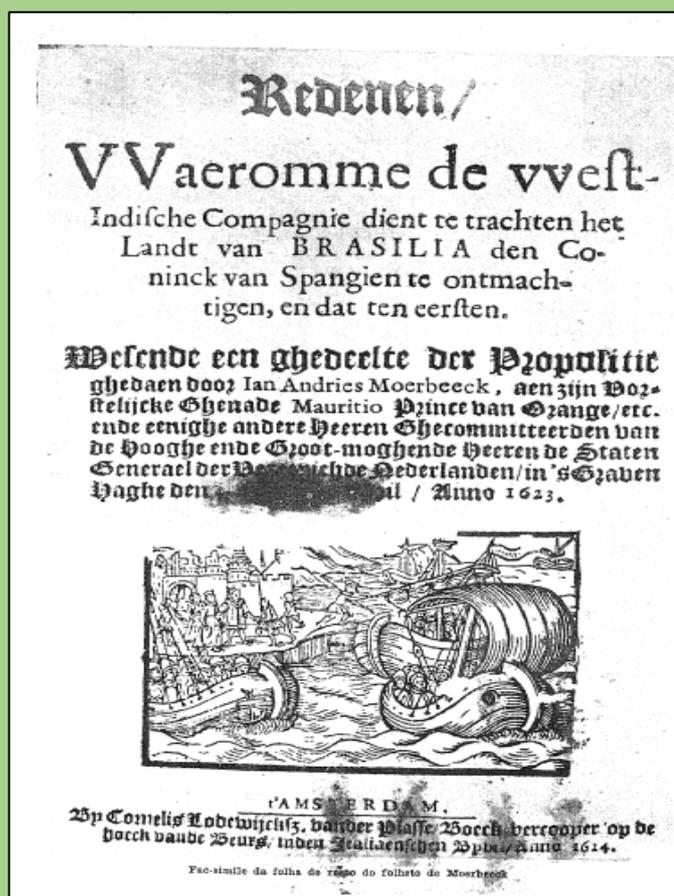
¹ Pós-graduanda em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

Loureiro (2012, p. 198). Nesse período, portanto, os neerlandeses eram os “senhores dos mares”, até serem suplantados pela Inglaterra a partir de 1674, com o fim das Guerras Anglo-Holandesas.

Bento (1972, p. 11) acrescenta que os neerlandeses não tinham a intenção de somente invadir o Brasil para enfraquecer político e economicamente a Espanha e monopolizar plenamente o comércio açucareiro. Invadir e dominar o Brasil implicava também o domínio naval do Atlântico Sul e a expansão das ideias da Reforma Protestante sobre o território visado, pois o reino espanhol era um forte bastião católico na Europa e projetava isso sobre suas colônias ultramarinas, não sendo diferente das ações portuguesas sobre os seus territórios. O governo das Províncias Unidas foi fundamental para fornecer tropas, armas e auxílio financeiro aos empreendedores comerciais e militares de ultramar.

Foi no período compreendido entre a criação da Companhia das Índias Ocidentais e o início da Guerra Brasileira em 1624, quando ocorreu a invasão dos holandeses à Bahia, que foi elaborado e difundido um folheto que explicava detalhadamente o porquê de a Companhia, invadir o Brasil e torná-lo uma colônia neerlandesa. Intitulado “Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar retirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil”, foi escrito em setembro de 1624 por Jan Andries Moerbeek, na cidade de Amsterdã, Países Baixos. Em língua holandesa, a primeira parte do documento é uma proposição feita pelo autor ao Príncipe Maurício de Orange e a alguns outros senhores comissionados dos altos e poderosos Estados Gerais dos Países Baixos. Essa proposição foi escrita em abril de 1623 em Haia, também nos Países Baixos.

O documento divide-se em 21 seções, cada uma representando uma razão ou argumento expostos pelo autor para justificar a viabilidade de execução de invadir o Brasil e fazer dele um polo ainda mais lucrativo para as Províncias Unidas e para a própria Companhia. Em seguida, ele lista em um fólio tudo o que o Brasil pode produzir anualmente, incluindo o total de engenhos existentes em Pernambuco nesse período.



CAPA ORIGINAL DO
FOLHETO DE MOERBEECK. In
MOERBEECK, Jan Andries.
*Documentos Históricos I: Os
Holandeses no Brasil.* Rio de
Janeiro: Instituto do Açúcar e do
Alcool, 1942.

No Brasil, o documento veio a ser traduzido e publicado para a língua portuguesa no ano de 1942 pelo Frei Agostinho Keizers e pelo historiador José Honório Rodrigues, ambos tendo publicado obras e pesquisas referentes ao Brasil Holandês. Mas, além dos motivos já expostos, o que levou Moerbeek a escrever todas as razões possíveis para as Províncias Unidas ocuparem militarmente o Brasil?

Primeiramente, o próprio Moerbeek era funcionário da Companhia das Índias Ocidentais e estava, portanto, a serviço do Príncipe Maurício de Orange. Em segundo, é provável que o próprio autor do folheto quisesse ganhar algo além de ser um mero funcionário da Companhia para a qual servia e atuava, expondo seus conhecimentos a respeito das deficiências que poderiam ser aproveitadas pelos neerlandeses para tomar, de vez, o Brasil das mãos dos hispanos-lusitanos, o que tentaram no Rio de Janeiro, sem sucesso, e conseguiram exitosamente em 1624, quando tomaram a Bahia. Segundo Doria (2012), mesmo resultando em fracasso, a tentativa de tomar o Rio de Janeiro meses antes de tomar a Bahia serviu de lançamento dos holandeses no cenário geopolítico internacional, aliviando a exclusão neerlandesa do jogo colonial europeu no século XVI, embora possuíssem nessa época bons navegadores e grandes empresas açucareiras além-mar, a maior delas no Brasil.

O lucro vindo do açúcar também gerava como consequência o lucro advindo da escravidão. Houve o aumento significativo do tráfico de escravos vindos da África entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII ao Brasil, em virtude da expansão das lavouras açucareiras e do crescimento do número de engenhos na costa atlântica. A criação da Companhia em 1621, além de transformar o Brasil num polo de plantação de cana, transformaria a África em um porto exportador de escravos para a lavoura açucareira, ameaçando o predomínio dos países ibéricos sobre o comércio de escravos no Atlântico e de suas próprias colônias no continente (DORIA, op. cit.; DEL PRIORE, VENANCIO, 2010).

E quais as razões para Moerbeek ter a convicção de que os neerlandeses teriam sucesso em sua ousada empreitada? A primeira razão explicitada pelo autor está no fato de os habitantes da colônia serem inexperientes em assuntos militares, embora o próprio Moerbeek admita indiretamente duas “fraquezas” na preparação militar neerlandesa em caso de assalto ao território, sendo possível fazê-la “[...] com coragem varonil, magnanimidade neerlandesa, bom procedimento e prudência; e isto é possível se for feito de improviso” (MOERBEECK, 1942, p. 29), isto é, com requintes de arrogância e pouco preparo militar da parte dos invasores, tendo em vista que o luso-brasileiros são incapazes de se defenderem por não terem preparo militar. O Nordeste brasileiro, alvo dos invasores, estava sim sem o preparo militar necessário para fazer frente a esse tipo de ameaça, conforme assinalam Bento e Giorgis (2014, p. 58), tendo em vista não ter um Exército regular e com efetivos permanentes, tal como visto entre os holandeses, cuja invasão estava sendo preparada cuidadosamente. No entanto, os portos de Recife e Salvador possuíam condições para repelir os invasores, incluindo fortificações, apesar de não possuir esquadras capazes de proteger a costa e evitar uma invasão terrestre, objetivo dos holandeses, o que não impediu, aos trancos, a realização de sua defesa.

A segunda razão está no aproveitamento da rixa entre portugueses e espanhóis por causa da crise de sucessão dinástica lusitana que resultou na ocupação espanhola do trono do país ibérico vizinho. Devido à presença de portugueses judeus, inimigos da nação espanhola, seria fácil para os neerlandeses convencê-los a aderir à causa invasora e permitir a ocupação almejada do território. As terceira, quarta, quinta e sexta razões referem-se à tomada de duas cidades, Bahia e Pernambuco, expondo as vantagens e fragilidades de suas praças-fortes no que se refere à invasão, ocupação e evacuação.

As sétima, oitava e nona razões exaltam o fato de os Países Ibéricos possuírem injustamente o território, quando ele poderia ser mais bem administrado pelos neerlandeses. Moerbeek insta o povo de seu país a aderir à causa do Príncipe de Orange e da Companhia, chamando a atenção para o lucro proveniente com a tomada do território brasileiro. Da décima a décima quarta razão, Moerbeek aborda o fato de o rei da Espanha, o clero católico e negociantes portugueses particulares possuírem muitas riquezas em terras, títulos, empréstimos e

rendas, informações que poderiam ser transformadas em uma fonte de renda a mais para a Companhia. Como? Através de um imposto geral por cabeça sobre essas riquezas. Soldados e marinheiros conseguiriam grandes presas no mar, inclusive por meio de pilhagens, sem que os neerlandeses tivessem muitas despesas com a ocupação.

A décima quarta razão oferece outras sete razões do por que a posse da terra será de proveito para a Companhia. Tratam-se mais de razões econômicas e do lucro a ser obtido. A décima quinta razão dá outros dezesseis motivos, agora mais abrangentes, dos benefícios em ocupar o Brasil. Motivos políticos, bélicos, econômicos e até mesmo sociais são focados nessa parte do folheto. Chama a atenção o tom positivo utilizado pelo autor, como se nada pudesse dar errado na empreitada de ocupar uma vasta colônia ultramarina, cujos habitantes nem mesmo a própria Coroa hispano-lusitana conseguia impor seu poder.

A décima sexta razão faz um adiantamento dos prejuízos que o rei da Espanha terá com a perda do território brasileiro, exaltando para tal quatro motivos, entre os quais a perda do comércio açucareiro, de mercadorias e de escravos no Atlântico. A décima sétima razão complementa a anterior ao enumerar sete inconvenientes para o rei da Espanha com relação a perda do território, incluindo Portugal, o que afetaria sobremaneira suas relações internacionais europeias e geraria mais conflitos armados.

Da décima oitava até a vigésima primeira razão, Moerbeek finaliza com uma nova convocação dos neerlandeses, apelando para o sentimento patriótico, em apoio a causa da Companhia, a única, na visão de seu autor, capaz de garantir ao Príncipe de Orange o sucesso comercial-militar das Províncias Unidas sobre o Reino da Espanha, de cujo jugo pretendia libertar as províncias ainda sob o domínio espanhol. Aqui é válido ressaltar que todas as razões e argumentos expostos na busca por tomar o Brasil da Espanha e de Portugal visavam enfraquecer o reino de quem pretendiam obter a independência, o que sugere, de acordo com o pensamento neerlandês, atingir o coração do lucrativo comércio da plantation do açúcar e todo o seu aparato - algo caro para as Províncias Unidas -, obliterando as ações da antiga metrópole espanhola na região. Sem recursos para defender o Brasil e a si própria diante do fracasso do comércio internacional, a Espanha se veria obrigada a conceder a independência plena das Províncias Unidas, esgotadas todos os seus recursos para sustentar campanhas bélicas de combate a secessão.

O documento do funcionário da Companhia ajuda a reconstituir as causas da escolha do Brasil para a sede do esforço colonial holandês, comprovando a cobiça sob a qual a região estava constantemente submetida pelos Estados europeus, assim como apresenta os fatores políticos que condicionaram a expansão das Províncias Unidas sobre toda a costa sul-atlântica. A empreitada neerlandesa ainda se reveste de uma ideia de "providência divina", sobre a qual os invasores, principalmente da Companhia, se basearam para sustentar a sua missão de tomar o Brasil da Espanha, sendo os únicos capazes de fazê-la com êxito. Percebe-se também no texto a constância na atribuição de valores morais e de aspectos próprios sobre os povos luso-brasileiros, os espanhóis e os portugueses de além-mar, formando ao leitor a ideia de que eles são fracos militarmente, covardes e incapazes de defender seus interesses comerciais. O excesso de confiança holandês foi observado logo na primeira razão, na qual até mesmo a invasão poderia se dar por improviso porque não haveria a quem combater.

Mas a História mostraria o contrário e a presença holandesa no Brasil conseguiu resistir por trinta anos, até sua definitiva expulsão em 1654. Nesse período, luso-brasileiros e brasileiros provaram sua coragem e alta capacidade de combate a forças estrangeiras, revelando uma nova forma de se fazer guerra, bem como a incapacidade dos invasores de adaptar seus ensinamentos militares à região. Moerbeek foi bastante inteligente ao expor seus argumentos e conhecimentos sobre o Brasil, mas pecou em acreditar que tomar o Brasil seria mais fácil que tomar a independência das Províncias Unidas das mãos da Espanha. A arrogância holandesa custaria caro depois do fracasso em subjugar a maior colônia ultramarina das Américas: suplantada militar e comercialmente ao resistir aos luso-brasileiros, as Províncias Unidas se arriscaram em outros territórios além-mar, produzindo em larga escala açúcar nas Antilhas e outras províncias da região atlântica, ameaçando a

exportação açucareira do Brasil. A necessidade de se firmar como potência levou à expressiva derrota em quase trinta anos de guerra contra a Inglaterra pelo controle do comércio marítimo internacional, do qual saiu bastante enfraquecida e tendo de abandonar o sonho e a ganância por riquezas e poder. Depois de tudo isso, errôneo subestimar o Brasil.

FONTE:

MOERBEECK, Jan Andries. Documentos Históricos I: Os Holandeses no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. História Secreta do Brasil 01. 1ª reed. Porto Alegre: Revisão Ed., 1990.

BENTO, Cláudio Moreira. As Guerras Holandesas (1624-1654) na História do Exército em 1972. In: BRASIL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO DO. História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo, v. 1, 1972. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/GUERRA%20HOLANDESA%20salvo.pdf>>.

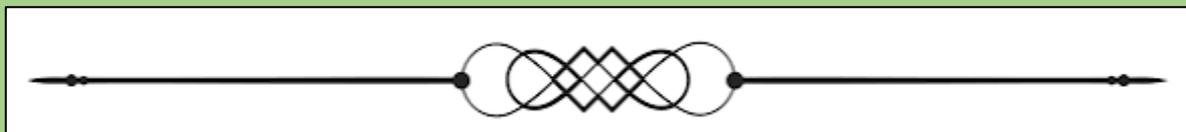
BENTO, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani C. (Orgs.). Brasil: lutas contra invasões, ameaças e pressões externas. Resende, RJ: FAHIMTB/IHTRGS, 2014.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. Uma Breve História do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DORIA, Pedro. 1565 - Enquanto o Brasil nascia: a aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LOUREIRO, Marcello. "Em miserável estado": Portugal, as guerras de restauração e o governo do Império (1640-1654). In: POSSAMAI, Paulo (Org.). Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 195-214.

PUNTONI, Pedro. Guerras do Brasil (1504-1654): ataques e invasões durante o Brasil-Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Col. Tudo É História, v. 141)



I Ciclo de Palestras da AHIMTB/RS

A AHIMTB/RS realizará um Ciclo de Palestras sobre História Militar, Geopolítica e Estratégia nos dias 17 e 18 de abril deste ano. O evento será no Auditório do Museu Militar do CMS. Serão oito palestrantes, quatro por dia, dois em cada turno.

Palestras de alto nível. Estão previstos debates. Os participantes receberão Certificado. Nos intervalos, haverá café, água e biscoitos. Inscrições somente pelo telefone 3226-5883 (Museu). Inscreva-se e participe.

x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

EDITOR:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, Cel Inf EM, Presidente da AHIMTB/RS
 lecaminha@gmail.com

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:

<http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/>